

**Reunião Ordinária** – Acta nº 10/2011**Data** – 2011-04-04**Início** – 14.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 16.20 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores**
Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

Resumo Diário da Tesouraria de 01-04-2011:

a) Dotações Orçamentais	€682.723,45
b) Dotações não Orçamentais	€132.511,08

Total das Disponibilidades	€815.234,53
----------------------------------	-------------



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da acta relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

Handwritten signature

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 40 - A Presidente da Câmara apresentou para aprovação, a seguinte proposta de Deliberação:

"Considerando que a Lei nº 24/98, de 26 de Maio, que aprova o Direito de Oposição (EDO), assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais;

"Considerando que, nos termos da alínea r) do nº 1 do artigo 64º da Lei Nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à câmara municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição;

Considerando que, nos termos do referido Estatuto, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até 31 de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;

Considerando que, de acordo com alínea x) do nº1 do artigo 68º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à presidente da câmara municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição e a Publicação do respectivo relatório de avaliação;

Proponho a aprovação do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano de 2010, em anexo, elaborado em conformidade com o disposto no Estatuto do Direito de Oposição a remeter aos titulares do direito de oposição nele referidos, para sobre eles se pronunciarem, em cumprimento do artigo 10º, nº 2 do referido Estatuto.

Proponho igualmente a sua publicação no Boletim Municipal e na página da internet do município."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por maioria, com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a proposta apresentada.

Aos respectivos serviços para procederem à publicação do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano de 2010, no Boletim Municipal e na página da internet do município.

Cl
cl

Os Vereadores do PSD Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração do voto:

"Os vereadores do PSD votam contra a aprovação do Relatório de Avaliação do Direito da Oposição, relativo ao ano de 2010, porque é manifesto, como se pode constatar pelas actas, que não foi respeitado o Estatuto do Direito da Oposição.

Tanto assim que foi necessário participar ao Ministério Público para que as propostas apresentadas pelos vereadores do PSD, assim como as informações solicitadas, passassem a ser agendadas e as informações prestadas, de acordo com a lei.

Além disso, o Boletim "Passos do Concelho" continua a ser um boletim de divulgação e propaganda exclusiva da maioria socialista do executivo camarário, onde até as intervenções e as propostas dos vereadores da oposição são seleccionadas e censuradas pela senhora presidente."



Nº 41 - A Presidente da Câmara apresentou igualmente, para aprovação, a minuta do acordo para a Mobilidade Eléctrica, a celebrar entre o Estado Português, representado pelo Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e pela Ministra do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e o Município de Abrantes.

Deu algumas explicações relativamente à finalidade deste protocolo, que visa, resumidamente, a instalação de pontos de carregamento de viaturas eléctricas, e ao seu enquadramento nos planos municipais.

Quanto à meta de substituição de veículos municipais, prevista em 20%, disse que é ambiciosa, mas que a frota municipal se encontra, neste momento obsoleta, sendo apenas objecto de pequenas reparações, necessárias à segurança e ao conforto.

É uma medida muito positiva para o Município de Abrantes, que integrará uma segunda fase de acordos a celebrar entre o Estado Português e os municípios. Trata-se de um programa mais ambicioso que, além da instalação de postos de abastecimento, prevê, entre outros, a realização de um Plano Integrado de Mobilidade Eléctrica.

O Vereador Belém Coelho disse que os Vereadores do PSD estão perfeitamente de acordo com o que é proposto, que se enquadra dentro das necessidades de substituição, o mais breve possível, dos combustíveis fósseis por alternativas não poluentes e renováveis e que a substituição da frota municipal por veículos eléctricos também tem o seu apoio. No entanto, estando os veículos eléctricos, em termos de autonomia e de custo fora do alcance da maioria dos consumidores, questionou se existia algum estudo que previsse o número de veículos de mobilidade eléctrica que possam vir a usufruir destes pontos.

A Presidente da Câmara disse que não existe um estudo relativamente ao número de veículos, mas esclareceu que o trabalho que está a ser desenvolvido irá permitir retirar esses dados e que o protocolo deixa em aberto o número de pontos de carregamento, em função das

Pl
Act

necessidades que estimarem para curto/médio prazo, podendo vir a ser aumentado o número de postos instalados. Além disso a integração do município neste projecto nacional irá permitir o carregamento das viaturas por todo o país, aumentando a mobilidade.

O Vereador Belém Coelho disse ainda que deve ser tida em linha de conta a grande extensão do concelho de Abrantes, que levanta questões de autonomia, e o número de lugares reservados de estacionamento, pois podem vir a ser lugares vazios.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão deu conhecimento de uma informação Nº 04/2011 do Secretariado da Rede Social, datada de 21 de Abril do corrente ano, a remeter o Plano de Acção da Rede Social para o ano de 2011, o qual foi aprovado em reunião do Conselho Local de Acção Social.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

Nº 42 - O Vereador Manuel Jorge Valamatós deu conta de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, a solicitar a isenção das taxas devidas pela deslocação e permanência de uma ambulância e respectiva equipa, no dia 2 de Abril de 2011, das 09h00 às 17h00, no âmbito da realização da 2ª Poule de Obstáculos – Hipismo, integrada na Rota do Tejo, na EPDRA – Herdade da Murteira, no valor de 520,00€ (quinhentos e vinte euros), mais IVA à taxa legal em vigor.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento das respectivas taxas, no valor de 520,00€ (quinhentos e vinte euros), mais IVA, à taxa legal em vigor.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

O Vereador Valamatos disse ainda que, no passado Sábado, decorreu o I Jogo do Campeonato Nacional de Basebol. Por isso e com o propósito do Basebol, um grupo de cerca de 60 jovens da região de Lisboa, veio conhecer Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento de uma outra informação da Divisão de Desporto e Juventude a dar conta das seguintes actividades desportivas a levar a efeito de 04 a 17 de Abril de 2011:

Actividade/Evento	Local	Dia	Hora
Torneio Escolar Futebol 7-Abrantes 2011	Cidade Desportiva	7 Abril	
XVIII Taça Vale do Tejo	Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes	09 Abril	10h00
7ª Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol	Campo de Futebol de São Miguel do Rio Torto (4ª Concentração)	09 Abril	14h30
1º Passeio BTT "Tromba Estendida"	Centro Social do Pego	10 Abril	09h00
Páscoa em Movimento - Férias Jovens	Infra-estruturas Desportivas e Culturais	11 a 15 e 18 a 21 Abril	09h00-17h30 (c/almoço) 09h00/12h00 14h00/17h30 (s/almoço)
Triatlo Aventura	Aquapolis – Margem Sul	17 Abril	09h00

Tomado conhecimento.



VEREADOR CARLOS ARÊS

O Vereador Carlos Arês, face aos desenvolvimentos da crise política nacional, questionou a Presidente da Câmara sobre as suas consequências para o município no âmbito dos financiamentos aos projectos municipais, particularmente relativamente ao Museu Ibérico de Arqueologia e Arte.

A Presidente da Câmara disse que irá aguardar pelo desenvolvimento dos processos associados aos financiamentos, nomeadamente pela reprogramação do FEDER contratualizado, pois o Município de Abrantes tem uma boa taxa de execução e que isso é uma boa referência. Acrescentou que, independentemente da constituição do futuro Governo, as regras são, em grosso modo, definidas pela União Europeia.

Al

Cat

VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O Vereador António Belém Coelho, apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos dos Vereadores do PSD:

"Gostaríamos que nos prestasse os seguintes esclarecimentos:

- (1) Em que ponto está a revisão da carta educativa do concelho de Abrantes?*
 - (2) Em que ponto está a situação do Diagnóstico Social, tendo em conta que a autarquia pagou para o realizarem (quando deveriam ser os seus técnicos a elaborá-lo) e até ao momento nada se sabe sobre o assunto?*
 - (3) Em que fase está o Plano/diagnóstico sobre o Plano Municipal da igualdade e que actividades de carácter permanente e pontual se têm realizado no âmbito da igualdade do género?*
 - (4) Como está o projecto do Centro de Inclusão e o Gabinete de Apoio à Vitima?*
 - (5) A quantas formações sobre violência os psicólogos e assistentes sociais da autarquia já foram, tendo em conta que a formação destes técnicos deve ser prévia à abertura deste Gabinete?*
 - (6) Em que ponto está o Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos?*
- Tendo em conta a urgência da aprovação do Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos e tendo em conta que estamos à espera desde Julho de 2010 que a senhora vereadora Celeste o apresente, os vereadores do PSD disponibilizam-se para o apresentar na próxima reunião da câmara, caso a Câmara não tenha disponibilidade para o fazer."*

A Presidente da Câmara disse um dos assuntos aqui referidos faz parte inclusivamente da ordem de trabalhos. Outras questões referidas serão apresentadas na Assembleia Municipal extraordinária alusiva ao 25 de Abril, na qual será abordado o tema da Igualdade e será dado a conhecer todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Têm havido inclusivamente algumas iniciativas públicas sobre esta questão, o que demonstra alguma desatenção dos Vereadores do PSD. De qualquer forma, a Vereadora Celeste Simão e os serviços prepararão resposta ao pedido apresentado.



Nº 43 - Apresentou também uma proposta dos Vereadores do PSD do seguinte teor:

"O terreno localizado à esquerda do portão da entrada do Hospital de Abrantes é utilizado como parque de estacionamento por grande número de utentes e familiares, em virtude de os parques de estacionamento existentes serem insuficientes.

Acontece que existe no local umas irregularidades rochosas que dificultam a entrada e saída dos carros, sobretudo, dos mais baixos.

Ora, basta apenas um pouco de boa vontade para facilitar a vida às pessoas que necessitam de se deslocar ao hospital.

Com efeito, o trabalho de pouco mais de meia-hora de uma máquina poderia criar as condições mínimas para que o local pudesse continuar a ser utilizado como parque de estacionamento sem causar estragos aos veículos mais baixos.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

De

act

Arranjo do terreno situado à esquerda do portão da entrada do Hospital de Abrantes com vista a poder continuar a funcionar como parque de estacionamento, sem causar danos aos veículos que o têm de utilizar."

A Presidente da Câmara disse não haver necessidade de agendamento da proposta para a próxima reunião e que, estando todos de acordo, poderia a mesma ser remetida à Divisão de Manutenção e Transportes para verificar a possibilidade de intervenção mínima com vista à regularização do referido terreno.

Uma intervenção mais estrutural deverá ser discutida posteriormente, uma vez que uma maior intervenção carece de melhor análise, até porque o terreno em questão poderá não ser do domínio público municipal.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O Vereador Santana-Maia Leonardo, apresentou uma proposta e pedido de esclarecimentos dos Vereadores do PSD, acerca do Banco Alimentar Contra a Fome, que por ser extensa se anexa à presente acta e se dá por transcrita.

A Presidente da Câmara disse que, se os Vereadores do PSD têm dúvidas relativamente ao funcionamento do Banco Alimentar Contra a Fome, deverão apresentá-las junto dessa entidade.

A Câmara Municipal não tem qualquer competência na gestão do Banco Alimentar, que de acordo com protocolo celebrado com o mesmo, cede instalações municipais a título gratuito e precário, para o seu funcionamento. É uma entidade nacional, que, aliás, tem feito um trabalho meritório. Por outro lado, o Banco Alimentar tem-se recusado a integrar a Rede Social, o que faria todo o sentido.



Apresentou outra proposta dos Vereadores do PSD, sobre a RPP Solar, que por ser extensa se anexa à presente acta e se dá por transcrita.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação pedido de parecer nos termos do artigo 22º da Lei de Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55/A 2010 de 31/12), para contratação de prestação de serviços, no âmbito do MIAA – Museu Ibérico de Arte de Abrantes. - 18066

Handwritten signatures and initials.

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com os fundamentos constantes no referido parecer e que se dão por transcritos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Os vereadores do PSD votam favoravelmente esta proposta porque consideram que era precisamente por aqui que devia ter começado.

Ou seja, "pelo trabalho aturado de estudo e investigação" com vista a realizar "um inventário exaustivo da colecção" que permita "caracterizar a colecção, construir os argumentos do discurso museológico e, em alguns casos, isolar peças cujo interesse ou não originalidade desaconselhem a sua exposição".

Ora, era precisamente este trabalho de estudo e investigação que devia anteceder qualquer decisão sobre a construção do Museu Ibérico.

No entanto, tendo em conta a gravidade da situação financeira e económica nacional que já não pode ser iludida por ninguém e que vai asfixiar completamente, quer as autarquias (que, em breve, vão começar a ter dificuldades em pagar os vencimentos dos seus funcionários e fornecedores e de fazer a simples manutenção dos equipamentos), quer as famílias (que não terão sequer dinheiro para pagar o bilhete de entrada no museu), a Câmara Municipal deverá suspender a candidatura do Museu Ibérico, uma vez que irá ser extremamente oneroso para um concelho com tantas carências suportar os encargos com o financiamento e a manutenção de uma obra com esta volumetria e dimensão."



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Fundação Ernesto Lourenço Estrada & Filhos, para assegurar a participação de cada uma das entidades no estudo da Colecção Estrada. - 18066

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante ao ofício nº 021 da Junta de Freguesia de Alvega, datado de 11 de Fevereiro de 2011, a solicitar apoio logístico e financeiro, para realização da "XI Semana Gastronómica e Cultural de Alvega - 2011", assim como a isenção do pagamento das taxas municipais inerentes à produção dos eventos. - 17474

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência do palco (9mx9m), bem como atribuição de apoio financeiro no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), para apoio à realização "XI Semana Gastronómica e Cultural de Alvega - 2011".

Autorizar a dispensa total do pagamento das taxas inerentes à produção dos eventos.

Car
Car

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 4 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, sobre a mudança da passadeira sita na Avenida 25 de Abril, em Abrantes, mais para baixo, por forma a melhorar a sua visibilidade quer para os carros que descem, quer para os peões que iniciem a sua travessia do lado direito de quem sobe, que se anexa à presente acta.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta a título de recomendação a remeter aos serviços, para análise e avaliação da possibilidade de alteração.

Ao Serviço de Trânsito de Transporte Públicos da Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.



Nº 5 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, sobre o parque de estacionamento nas traseiras da Tapada do Chafariz, em Abrantes, que abaixo se transcreve:

"Nas traseiras da Tapada do Chafariz, junto ao Tribunal de Trabalho, funciona há vários anos um dos parques de estacionamento mais procurados e concorridos de Abrantes, que dá apoio não só ao Tribunal de Trabalho como também ao comércio e serviços da Tapada do Chafariz e da Rua de Angola.

O local encontra-se, no entanto, em estado de mais absoluta degradação, com valas cavadas pela passagem das águas da chuva e dos carros, o que dificulta a circulação automóvel.

Na reunião de 26 de Julho de 2010, em que apresentámos este assunto e sugerimos a intervenção da câmara, a senhora presidente respondeu que a falta de estacionamentos na Tapada do Chafariz seria resolvido com a construção do parque de estacionamento subterrâneo no Largo 1º de Maio.

Acontece que a Tapada do Chafariz é uma zona comercial bastante frequentada e que não pode dispensar a utilização do referido parque de estacionamento.

Por outro lado, tal como também chamámos a atenção na referida reunião da câmara, na entrada da Tapada do Chafariz (entroncamento com a Avenida 25 de Abril), não existe qualquer passadeira de peões, o que põe em risco a sua segurança, uma vez que são obrigados a atravessar a estrada numa zona de grande movimento de trânsito.

Por outro lado, existe no passeio, antes deste entroncamento, tendo em conta o sentido de quem desce pelo lado esquerdo a Avenida 25 de Abril, um mupi de publicidade, que retira a visibilidade aos peões e automobilistas, e dois pequenos degraus que impedem a circulação dos peões que se deslocam em cadeira de rodas ou com um carrinho de bebés.

A senhora presidente respondeu, na altura, que esta situação seria resolvida com intervenção, a executar por empreitada, na envolvente da zona do Vale da Fontinha.

Acta da reunião de -04- de Abril de 2011

Pes
Get

Acontece que, nas últimas duas semanas, precisamente na zona referida dos mupi's e dos gradeamentos, assistiu-se a três quedas (duas pessoas de idade e uma senhora com carrinho de bebé) que poderiam ter tido consequências fatais para os dois idosos. Também aqui a segurança dos peões não pode esperar pela empreitada da zona do Vale da Fontinha, exigindo-se uma intervenção pontual, ainda que provisória. Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

- (1) Intervenção urgente no parque de estacionamento da Tapada do Chafariz com vista a dotá-lo das condições indispensáveis para funcionar como parque de estacionamento.*
- (2) Colocação da passadeira e retirada do mupi de publicidade e dos degraus existentes no entroncamento da Tapada do Chafariz com a Avenida 25 de Abril."*

Deliberação: A proposta apresentada foi rejeitada por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatos e a abstenção do Vereador Carlos Arês.

A Presidente da Câmara disse que, como já referiu anteriormente, as intervenções ao nível do estacionamento não deverão ser avulsas, uma vez que se encontra em desenvolvimento um trabalho que visa uma intervenção de forma integrada, daí o voto de rejeição da proposta. Nesta altura as intervenções a fazer no local do estacionamento não poderão ir além do que já tem sido feito, designadamente a manutenção do terreno.

Quanto à restante parte da proposta disse que já houve uma intervenção no local, designadamente já foi retirada uma baia e deslocalizada a passadeira.

No entanto, esclareceu, a intenção não é de meramente votar contra a proposta apresentada, mas sim de a tomar como um contributo para poder ser trabalhado pela equipa que está a desenvolver esse trabalho.

O Vereador Carlos Arês disse que considera ser necessário encontrar-se uma solução para a inclinação do terreno do estacionamento e para as escorrências naturais do mesmo.

Depois esclareceu os fundamentos da sua abstenção, a saber:

Quanto ao proposto em (1) entende que, não sendo o terreno municipal, a Câmara Municipal não deverá deliberar sobre essa matéria.

Quanto à intervenção proposta em (2), percebe a intenção e não a interpreta como negativa. No entanto, abstém-se na medida em que as soluções a encontrar aos vários níveis deverão ser integradas. Se está a ser feito um estudo deve aguardar-se pelo seu resultado.



Nº 6 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, para retirada do pino da entrada da Rua de Santa Isabel, em Abrantes, que a seguir se transcreve:

"Foi recentemente trancada, com a colocação de um pino na entrada da rua, a Rua de Santa Isabel, ou seja, uma das poucas ruas do centro histórico que ainda estava aberta

Al
cat

ao trânsito, agravando ainda mais a já insuportável vida dos residentes desta zona da cidade.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

Retirada do referido pino da pino da entrada da Rua de Santa Isabel, mantendo-a aberta ao trânsito como até aqui."

Deliberação: A proposta apresentada foi rejeitada por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão, Manuel Valamatos e Carlos Arês.

A Presidente da Câmara disse que o voto contra dos eleitos em funções se fundamenta no facto de o pino estar colocado a meio da Rua de Santa Isabel, num local onde os veículos estacionados apenas conseguirão sair de marcha atrás. Por outro lado, a sua colocação no eixo da via deixa a rua desafogada no seu horizonte e o pino rebatível salvaguarda a passagem de viaturas para cargas e descargas e para acesso à garagem.



Nº 7 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, para criação de um posto de Bombeiros na Zona Norte do Concelho de Abrantes, do seguinte teor:

"Recebemos, recentemente, uma proposta de deliberação de João Batista Pico, com a qual concordamos e subscrevemos.

Com efeito, situa-se no Norte do concelho a maior mancha florestal e a que mais têm sido castigada pelos incêndios de verão.

Acresce que o risco de incêndio e da sua rápida propagação têm aumentado proporcionalmente ao esquecimento a que esta zona tem sido votada pelo Município.

Na verdade, o despovoamento do território e as más ligações com a sede do município criam as condições para, por um lado, as matas se transformarem em autênticos barris de pólvora, e, por outro, a resposta chegar sempre demasiado tarde.

Sendo certo, como João Batista Pico sempre tem sustentado e com inteira razão, «a albufeira do Castelo de Bode condicionou a vida das populações envolvidas com limitações ao uso das suas terras, a bem do "bom ambiente" da pureza da água.

Ora, tudo isso é: UM CUSTO SOCIAL!

Acresce que a referida albufeira é um autêntico "poço de petróleo" da EPAL, filial da poderosa Águas de Portugal.

Com o dinheiro dessa água, a EPAL fala em 200 milhões de euros em investimentos.

Ora, um posto dos bombeiros na zona norte não custaria mais do que cinquenta mil euros em instalações melhoradas e adaptadas, caso se optasse pela escola do Souto ou do Carvalhal, mais 36 salários (6 homens e 2 viaturas em 6 meses de verão), o que representaria 36 mil euros em média de custos de salários e encargos sociais desses 6 bombeiros durante seis meses».

Na verdade, é imoral e injusto que aos proprietários da zona norte sejam impostas limitações ao uso da sua propriedade, em benefício de terceiros e de uma grande empresa, sem que sejam compensados pelas limitações que lhe são impostas.

Pelo exposto e com vista a minimizarem esta situação, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

Criação de um POSTO de BOMBEIROS numa das cinco freguesias do Norte do Concelho, de preferência naquela que for mais central (sugerindo-se, desde já, como localização

cl

ct

preferencial o edifício da antiga escola do Souto ou do Carvalho) e com especial incidência nos meses de Verão."

Deliberação: A proposta apresentada foi rejeitada por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão, Manuel Valamatos e Carlos Arês.

A Presidente da Câmara disse que o voto contra dos eleitos em funções não significa que o concelho não tenha dimensão que justifique a criação de um posto de bombeiros a norte, antes pelo contrário, mas porque todo o sistema de protecção civil montado está preparado partindo da existência de um quartel centralizado e de todo um dispositivo disperso no território, com as várias valências.

Acrescentou ainda o que por vezes escapa à percepção comum das pessoas, que existe uma cooperação estreita com outras corporações de bombeiros de concelhos limítrofes, e que o norte do concelho tem o apoio dos Bombeiros Voluntários de Constância e do Sardoal.

Independentemente da existência de mais quartéis de bombeiros, o facto é que para as condições climatéricas e para combater grande número de incêndios em simultâneo, nunca existem meios suficientes. Por isso a prevenção é muito importante e importa ter um plano que vá ao encontro das necessidades.

O Vereador Carlos Arês disse ser a favor da criação de uma solução no período crítico de incêndios que permita a rápida deslocação de viaturas de apoio para uma primeira intervenção em locais distantes da sede de quartel dos Bombeiros, seja no norte seja no sul, porque a distância é enorme. Esta proposta tem a ver com a alocação de um número concreto de viaturas e de homens, mas esta questão não pode ser pensada de forma desarticulada. Se a intenção é boa, a forma como está a ser apresentada, numa lógica casuística, impede que seja frutuosa. Assim, sugeriu que os Vereadores do PSD convertessem esta proposta numa proposta de estudo no âmbito da protecção civil, conhecedora das várias questões associadas, quer técnicas, quer de segurança, quer legais.

A Presidente da Câmara disse que quem quis e assistiu à apresentação do Plano de Protecção Civil ficou a conhecer os meios existentes e as entidades envolvidas, além do corpo municipal de bombeiros para a protecção do território. Foi graças ao envolvimento dessas entidades que o Concelho de Abrantes teve uma menor área ardida face a outros anos, ainda que um maior número de ignições.

O Vereador Santana Maia disse que a proposta agora apresentada, foi feita tendo por base informações que foram recolhendo. É feita a referência a seis homens e duas viaturas porque é o número mínimo. O facto de haver vários postos noutros concelhos, como foi referido pela Presidente da Câmara, significa que isso aqui também seria possível. A escolha da zona norte, porque este verão se irá tornar um "barril de pólvora", face à vegetação existente e também porque é uma zona que, ao contrário da zona sul, que tem bombeiros nas proximidades que podem acorrer, tem acessos muito difíceis.

Q1
Q2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação Nº 3 da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 9 de Fevereiro de 2011, referente ao pedido da Associação "Os Amigos da Estação da Ortiga", a solicitar a dispensa do pagamento de taxas, relativa ao licenciamento de afixação de cartazes publicitários para divulgação de uma prova de BTT, realizada na localidade de Ortiga, concelho de Mação, no dia 27 de Fevereiro de 2011. - 6634

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento das respectivas taxas, no valor de 16,17€ (dezasseis euros e dezassete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante à Informação Nº 7 da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 16 de Março de 2011, acerca do pedido do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do auditório do Edifício Pirâmide, pela realização de uma palestra alusiva ao tema "Dádiva Benévola e Amiga do Sangue", no passado dia 24 de Março de 2011.- 14581

O Vereador António Belém Coelho não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 75,92€ (setenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 17 de Março de 2011, acerca do pedido de GAMA – Grupo de Amigos Motards de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos

CL
C

licenciamentos de ruído, recinto e afixação de cartazes, para realização de um arraial e encontro de convívio motard, no dia 09 de Abril de 2011. - 14052

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 33,49€ (trinta e três euros e quarenta e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 17 de Março de 2011, acerca do pedido de AEESTA – Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais e cartazes, pela realização do Dia do Estudante, nos dias 23 e 24 de Março de 2011. - 14443

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 98,07€ (noventa e oito euros e sete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação nº 9 da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 17 de Março de 2011, sugerindo que o valor taxa devida pela renovação da licença de ocupação de espaço público com outdoor na Avenida Adelino Amaro da Costa, concedida à empresa SLM – Sociedade Luso Mercantil, Lda, para o período de Abril de 2011 a Março de 2012, que importa no valor de 1.216,80€ (mil duzentos e dezasseis euros e oitenta cêntimos), seja reduzido em 25%, o que corresponde a uma redução de 304,20€ (trezentos e quatro euros e vinte cêntimos), pagando a empresa a quantia de 912,60€ (novecentos e doze euros e sessenta cêntimos). - 15466

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução do valor da taxa de renovação da licença do referido outdoor, de acordo com a citada Informação nº 9 da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização.

Pl
ak

À Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização para os devidos efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Os vereadores do PSD votam favoravelmente a redução da taxa do referido outdoor porque reconhecem, sem qualquer sombra de dúvida, que a manutenção do corte da via ascendente da Avenida do Paiol lesou e continua a lesar a empresa SLM, Lda, que se encontra impedida de retirar todos os benefícios da exposição pública do outdoor na Avenida Adelino Amaro da Costa.

Sendo certo que a manutenção do encerramento da via ascendente da Avenida do Paiol está a causar gravíssimos prejuízos a toda a cidade, em geral, e aos empresários e comerciantes, em particular, pelo fazemos votos que os lesados não se lembrem de vir reclamar os prejuízos causados pela teimosia da Câmara."



Divisão Jurídica

Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta de compra e venda, referente à reversão dos lotes 39 e 40 do Parque Industrial de Abrantes, a celebrar entre "Alumi-Nunes, Sociedade Técnica de Ferros e Alumínios Limitada, e o Município de Abrantes, no valor de 3.750,00€ (três mil setecentos e cinquenta euros). - 15496

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão Financeira

Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Director do Departamento de Administração e Finanças, datada de 21 de Março de 2011, acerca do pedido de Bo Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. (Optimus Telecomunicações, S.A.), a solicitar a redução da renda de 325,95€ (trezentos e vinte e cinco euros e noventa e cinco cêntimos) para 260,66€ (duzentos e sessenta euros e sessenta e seis cêntimos), pelo período de 3 anos, relativamente à cedência do espaço Abrantes Town. - 12911

Deliberação: Por maioria com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo PSD, aprovar o pedido Bo Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A., para redução da renda de cedência de espaço Abrantes Town, nos termos da Informação do Director do Departamento de Administração e Finanças.

CC
CT

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve:

"Os vereadores do PSD abstêm-se neste ponto, porque consideram que a Câmara deveria também e com os mesmos fundamentos reduzir as taxas e os impostos que cobra aos comerciantes e empresários do concelho de Abrantes."



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação Nº 1 do Serviço de Contabilidade da Divisão Financeira, datada de 22 de Março de 2011, acerca do pedido da firma Vadeca, para revisão de preços referente ao ano de 2011, sobre o contrato de "Limpeza de Edifícios Municipais". - 16162

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de revisão de preços apresentado pela firma Vadeca para o ano de 2011, nos termos da referida Informação Nº 1 do Serviço de Contabilidade da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 16 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 3 de Fevereiro de 2011, a dar conta da realização de uma acção de formação sobre "Condução Defensiva", em instalações municipais, nos dias 29 e 30 de Abril de 2011. - 15081

Tomado conhecimento.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de parceria, a celebrar entre o Município de Abrantes e o IRMC – Centro de Informática e Contabilidade, Lda., com vista à fixação das condições de cedência e utilização das instalações do Município de Abrantes, situadas na Biblioteca Municipal António Botto e na Cidade Desportiva, para realização de uma acção de formação de "Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos".

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Be

Cte

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Desporto e Juventude

Nº 18 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, respeitante a uma Informação da Divisão do Desporto e Juventude, datada de 10 de Março de 2011, sugerindo o seguinte apoio para realização da XXVI Edição da Descida dos 3 Castelos 2011, em parceria com o CLAC - Clube Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento:

- Cedência do autocarro municipal, para efectuar o transporte dos participantes, de Rossio ao Sul do Tejo (Aquapolis), para Alvega (Estação de Canoagem), onde se iniciará a etapa - Alvega/Rossio ao Sul do Tejo;
- Presença dos Bombeiros Municipais de Abrantes, com uma ambulância e 2 barcos com mergulhador;
- Atribuição de um apoio pecuniário no valor de 250,00€, como forma de comparticipação nas despesas da organização.

Sugere também a isenção das taxas devidas pela utilização do autocarro no valor de 141,46€ e serviço de bombeiros no valor de 587,00€. - 14528

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido apoio da Câmara Municipal na realização da XXVI edição da Descida dos 3 Castelos de 2011, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas pela utilização do autocarro municipal e dos serviços dos Bombeiros Municipais de Abrantes, de acordo com a citada Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta do protocolo de cooperação, a celebrar entre o Município de Abrantes e a ANDS - Associação de Natação do Distrito de Santarém, para realização das seguintes provas:

- a) "Taça Vale Tejo de Natação", dia 9 de Abril de 2011 - Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes;
- b) "Águas Abertas", dia 10 de Junho de 2011 - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes;
- c) "Caça ao Pato", dia 10 de Junho de 2011 - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes. - 15189

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Pl
Cts

Divisão de Educação e Acção Social

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 27 de Janeiro de 2011, que remete para aprovação, minuta do protocolo de cooperação, a celebrar entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Município de Abrantes. - 6901

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve:

"Os vereadores do PSD votam favoravelmente esta proposta mas gostariam de deixar aqui bem claro que, sendo contra qualquer tipo de discriminação (em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social) e favoráveis a iniciativas que visem promover a igualdade de direitos, são também defensores intransigentes da liberdade.

Tal significa, conseqüentemente, que são contra todas as iniciativas que visem promover a engenharia social e todos os modismos, alguns dos quais revelam um fundamentalismo ideológico que chega a ultrapassar a barreira do ridículo, como é o caso desses "idiotas" e idiotas que conseguem descobrir na palavra mais banal uma agenda escondida de discriminação sexual.

E este protocolo, verdade se diga, tem algumas coisas que dão vontade de rir."



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta do protocolo de cooperação, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Cáritas Diocesana de Leiria, no âmbito da participação de crianças, jovens e idosos do concelho de Abrantes, na colónia de férias da Cáritas de Leiria, na casa da praia de Pedrogão. - 5334

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 4 de Março de 2011, sugerindo a atribuição dos valores de pagamento de telefone às escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho, calculada em função do número de alunos, sendo que:

- Escolas e J.I. com menos de 25 alunos – 70,00 €
- Escolas e J.I. de 25 a 50 alunos – 80,00 €
- Escolas e J.I. de 51 a 100 alunos – 100,00 €
- Escolas com mais de 100 alunos – 120,00 €

Bel
et

Esta verba será atribuída anualmente e servirá para pagar as chamadas oficiais feitas em cada escola.

Para além desta verba sugere ainda, à semelhança dos anos transactos, a atribuição anual a cada Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, de um montante de 5,00 € por aluno, proporcional ao número de alunos existente na mesma, de acordo com os dados fornecidos, e que se destina ao pagamento de despesas de funcionamento.

A verba atribuída a cada escola, que consta dos quadros anexos, será depositada na conta dos agrupamentos, que farão com as escolas a sua gestão. - 13883

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a atribuição de verba a cada escola, nos termos da referida informação e anexos que se dão por transcritos, que será depositada na conta dos agrupamentos respectivos.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Os Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram declaração de voto do seguinte teor:

"Os vereadores do PSD votam favoravelmente esta proposta mas consideram que deveria haver uma discriminação positiva relativamente às escolas com menos de 50 alunos que deveriam receber um montante de, pelo menos, €10,00 por aluno, tendo em conta que estas escolas se encontram em situação de grande desvantagem em relação às demais, mesmo relativamente às despesas de funcionamento até tendo em conta o efeito de escala."



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, que remete, para aprovação, minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Abrantes, o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e o Centro de Apoio a Idosos da Freguesia de Rio de Moinhos, relativo à cedência de instalações para funcionamento do refeitório da E.B.1/J.I. de Rio de Moinhos. - 17973

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo de colaboração, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, o Plano de Transportes Escolares para o ano Lectivo 2011/2012, que mereceu parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de Abrantes, na sua reunião realizada no passado dia 16 de Março de 2011. - 16206

Cl
ct

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo de 2011/2012, nos termos da proposta da Vereadora Celeste Simão.



Divisão de Cultura e Turismo

Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação nº 58 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 21 de Março de 2011, acerca do pedido do grupo de Teatro "Palha de Abrantes", a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro S. Pedro em Abrantes, para o dia 28 de Maio de 2011, com vista à realização do espectáculo anual de dança contemporânea. - 15929

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 258,22€ (duzentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação nº 60/OD/11 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 24 de Março de 2011, a dar conta que o Grupo de Teatro Palha de Abrantes, solicitou a alteração das aulas de dança no pequeno auditório do Cineteatro S. Pedro, em Abrantes, de segunda-feira para terça-feira, pelo que se torna necessário formalizar um protocolo de cedência pontual de instalações ao referido Grupo de Teatro.

Assim, remete para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e o Grupo de Teatro Palha de Abrantes, para cedência a título precário do Pequeno Auditório do Cineteatro S. Pedro, sito em Abrantes, para efeitos de utilização pontual às terças-feiras, no período das 19,30 horas às 23,00 horas, com vista à realização de aulas de Danças de Salão. - 17871

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação Nº 66 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 24 de Fevereiro de 2011, remetendo, para aprovação, o plano de trabalhos ajustado da

Acta da reunião de -04- de Abril de 2011

lil
Cot

empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida - Abrantes", bem como o respectivo plano de pagamentos, apresentado por Ténorém - Engenharia e Construções, S.A..

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o plano de trabalhos ajustado da empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida - Abrantes" e respectivo plano de pagamentos, de acordo com a referida Informação nº 66 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 84 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 16 de Março de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Reparação da Cobertura do Edifício Carneiro em Abrantes", adjudicada a Celso Maria Carola, para efeitos de recepção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 85 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 16 de Março de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Reparações Diversas do Imóvel da Escola Básica Nº 1 de Abrantes - 1º CEB - Quinchosos", adjudicada a Celso Maria Carola, para efeitos de recepção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 88 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 18 de Março de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Infraestruturação da Rua Projectada do Largo da Fonte do Ribeiro - Pego", adjudicada à sociedade Mendes & Gonçalves, S.A., para efeitos de recepção definitiva.

RL
Cet

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à Informação nº 91 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 21 de Março de 2011, que remete para aprovação a conta final da empreitada de "Cemitério de Santa Catarina em Abrantes - Espaço Cemiterial - 2º Talhão", adjudicado à firma, Mendes & Gonçalves, S.A., elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que se transcreve:

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	129.983,26€
Trabalhos Contratuais Realizados	129.983,26€
Total	129.983,26€

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a conta final da empreitada de "Cemitério de Santa Catarina em Abrantes - Espaço Cemiterial - 2º Talhão", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à Informação nº 92 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 23 de Março de 2011, que remete para aprovação a conta final da empreitada de "Requalificação da Praça D. Francisco de Almeida", adjudicado à firma, Mendes & Gonçalves, S.A., elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que se transcreve:

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	343.930,32€
Trabalhos Contratuais Realizados	343.930,32€
Revisão de Preços	1.701,98€
Total	345.632,29€

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a conta final da empreitada de "Requalificação da Praça D. Francisco de Almeida", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à Informação nº 95 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 24 de Março de 2011, que remete para aprovação a conta final provisória da empreitada de "Requalificação dos Balneários de Apoio ao Campo de Futebol nº 3 de Abrantes", adjudicado à

Al
et

firma, Alpeso - Construções, S.A., elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro, que se transcreve:

Valor da Adjudicação (Prego Contratual)	124.476,70€
Trabalhos Contratuais Realizados	124.476,70€
Total	124.476,70€

Mais informa que falta a publicação de índices no DR, para proceder à revisão de preços definitiva e que a conta só se torna definitiva quando a revisão de preços também for definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a conta final provisória da empreitada de "Requalificação dos Balneários de Apoio ao Campo de Futebol nº 3 de Abrantes", elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, relativa à Informação Nº 97 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 25 de Março de 2011, a dar conta que a sociedade comercial Rui Prata Ribeiro, Lda., adjudicatária da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que a o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 97 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.

Pl
Ct

Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para ratificação o seu despacho datado de 24 de Março de 2011, a aprovar o adiantamento no montante de 209.568,39€ (duzentos e nove mil quinhentos e sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos), conforme solicitado pela sociedade de Construções José Coutinho, S.A., na qualidade de adjudicatária da empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes", e nos termos da Informação Nº 93 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 23 de Março de 2011.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para ratificação o seu despacho datado de 24 de Março de 2011, a aprovar o adiantamento no montante de 311.552,35€ (trezentos e onze mil quinhentos e cinquenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos), conforme solicitado pela sociedade de Construções José Coutinho, S.A., na qualidade de adjudicatária da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", e nos termos da Informação Nº 94 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 23 de Março de 2011.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 37 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano, referente à Informação Nº 099/2011RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 4 de Março de 2011, acerca do pedido de informação prévia para construção de centro de recolha e tratamento de sucatas, na Tapada da Fonte, em Casais de Revelhos, freguesia de Alferrarede, Abrantes, requerido por Paulo António Ventura Marques. - 415/2010.

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Emitir parecer desfavorável à pretensão, com os fundamentos da Informação Técnica Nº 95/2011RC, datada de 1 de Março de 2011, que se dá por transcrita.

Deverá ser dado conhecimento da anterior e da presente informação, aos proprietários da parcela registados no documento anexo à Informação Nº 099/2011RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 38 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 39 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 105 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 25 de Março de 2011, acerca da reformulação e criação de estacionamento destinados aos clientes das farmácias situadas no perímetro urbano da cidade de Abrantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a reformulação e criação de estacionamento destinados aos clientes das farmácias situadas no perímetro urbano da cidade de Abrantes, nos termos da referida Informação Nº 105 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, que se dá por transcrita.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Carla do Carmo

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Petio Alexandre Justino Silva

Acta da reunião de -04- de Abril de 2011

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Proposta e Pedido de Esclarecimento

4 de Abril de 2011

Alguns munícipes do Tramagal expressaram-nos a sua indignação pelo facto de terem assistido, na passada 4ª Feira, à distribuição de produtos alimentares pelo Banco Alimentar Contra a Fome a pessoas que deles não necessitam, algumas das quais são vistas diariamente nos cafés a tomarem o pequeno almoço e a lanchar, recusando-se a trabalhar.

Ora, vivendo nós num momento de grande emergência social, onde o esforço de solidariedade social importa cada vez mais sacrifícios para os doadores e suas famílias, é fundamental que a confiança de que os produtos doados se destinam efectivamente a quem deles precisa não se quebre.

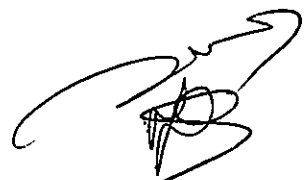
Caso contrário, as pessoas deixam legitimamente de dar e de colaborar porque ninguém está para fazer sacrifícios em prol de "chicos espertos", alguns dos quais com mais qualidade de vida do que os doadores.

Como todos já devíamos saber, a esperteza saloia é a principal causa da nossa desgraça colectiva, ainda que seja, simultaneamente, a causa do sucesso individual de muitos portugueses.

Mas ela deve ser combatida por todos os meios porque corrói e mina os alicerces da confiança em que assenta o sucesso, designadamente, deste tipo de iniciativas.

As pessoas envolvidas no projecto do Banco Alimentar Contra à Fome não merecem ver o seu esforço solidário ridicularizado por oportunistas, não se lhe podendo obviamente exigir que conheçam com rigor as pessoas que se lhe dirigem.

A Rede Social de Abrantes tem realizado um bom trabalho, quer na divulgação aos parceiros locais de acções e projectos de carácter nacional, quer na realização de seminários/workshp's e participação em certames e afins.



Trata-se de acções importantes e necessárias, no entanto, as mesmas (por si só), não resolvem problemas concretos de carácter estrutural.



Ora, um dos princípios básicos de actuação da Rede Social é o de conseguir operacionalizar no terreno o trabalho em rede, isto é, melhorar os canais de comunicação, de articulação, de rentabilização de recursos e potencialidades locais.



Assim, urge que a Rede Social Abrantina desenvolva dinâmicas activas que tenham impactos directos numa política social mais equitativa e com resultados visíveis no território local.

Pelo exposto, os vereadores do PSD pretendem que lhe sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

(1) Quem decide sobre as famílias a serem apoiadas pelo Banco Alimentar contra a Fome?

(2) Competindo à Câmara Municipal a coordenação da Rede Social e atendendo a que as assistentes sociais do município, da Segurança Social e das IPSS'S locais (quando existem) têm que ser conhecedoras das famílias com carências mais acentuadas, de que forma as mesmas participam neste programa alimentar?

(3) No âmbito da Rede Social de que forma os Presidentes das Juntas participam neste programa?

Finalmente, tendo em conta que é manifesto que existe um défice de articulação, os vereadores do PSD vêm, desde já, apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A senhora vereadora Celeste Simão (coordenadora da Rede Social) deverá agendar uma reunião com os responsáveis do Banco Alimentar Contra a Fome, com vista à criação de uma equipa constituída pelas assistentes sociais da Câmara Municipal, da Segurança Social, das IPSS'S da Freguesia (se existirem) e presidentes

das juntas de freguesia, com o objectivo da partilha de informações sobre as famílias que devem usufruir deste apoio.

Deverão ser ainda marcadas reuniões de carácter periódico, antecedendo as datas agendadas para a distribuição dos géneros alimentícios em cada freguesia.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

RPP SOLAR

Proposta

4 de Abril de 2011



Da resposta ao pedido de esclarecimento sobre o RPP Solar, parece resultar que os deputados municipais aprovaram, por unanimidade e de cruz, este empreendimento.

Ora, isso não é verdade.

É óbvio que os deputados municipais do PSD, com a informação de que dispunham, não podiam constituir um entrave à vinda de um investimento desta dimensão para o concelho quando o mesmo trazia o selo de garantia do presidente da câmara e de todo o seu *staff* técnico.

Com efeito, os deputados da oposição não só não participaram no processo de negociação como apenas tiveram acesso à versão final, sintética e eufórica, que lhes foi apresentada pelo presidente da câmara na Assembleia de 17/7/2009.

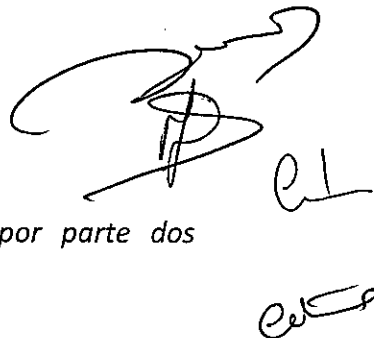
No entanto, o vereador Belém Coelho, na altura deputado municipal, fez uma intervenção na Assembleia Municipal de 17/7/2009, que aprovou o referido protocolo e que transcrevemos na íntegra, onde está subjacente a prudência que a câmara deveria ter tido na aprovação deste mega-investimento e que manifestamente não teve:

«O Partido Social Democrata congratula-se com esta hipótese de investimento a realizar no nosso concelho e que efectivamente a ele poderá trazer mais-valias.

Da leitura da informação disponível, que efectivamente é bastante reduzida, conclui-se que se trata de investimento de grande fôlego e, como tal, deverá ser implementado faseadamente no tempo.

Daí colocarmos as seguintes questões:

- Relativamente ao contrato de promessa a formalizar, caso os investidores recuem, o Município fica obrigado a comprar um terreno por um valor superior ao



valor de mercado, sem qualquer garantia real ou compromisso por parte dos investidores?

- No protocolo não deverá pois constar uma cláusula de compensação ao Município por parte dos investidores, no mínimo pelo valor do terreno adquirir ou seja 1.000.000,00 €, caso o investimento não se concretize total ou parcialmente, dado que o Município vai investir um valor tão elevado?

- Não deveria existir um cronograma indicativo das diversas fases de implementação desse investimento e em simultâneo da respectiva criação de postos de trabalho?

- Dentro das possibilidades do quadro legal em vigor não se deveria acautelar que parte dos postos de trabalho anunciados fossem preenchidos por pessoas do Concelho, de forma a poder diminuir o desemprego aqui sentido?

Pensamos estas serem vertentes também a acautelar por contrapartida com os direitos, benefícios, incentivos, apoio e colaboração que a Autarquia oferece, desde o terreno a preço pouco mais que simbólico, até às isenções diversas e démarches referidas, para que os investimentos anunciados possam passar do papel para o terreno.»

Com efeito, um investimento deste tipo, pela sua grandeza e pelos valores envolvidos, exigia que a Câmara não se deslumbrasse e agisse com uma especial cautela, até porque já conhecia, por experiência própria, no que dão os seus deslumbramentos.

Ora, como ressalta claramente da resposta da senhora presidente da câmara ao nosso pedido de esclarecimento, a Câmara não acautelou minimamente os interesses do município, revelando uma ligeireza e uma falta de cuidado num projecto de um tamanho melindre, pela sua grandiosidade e pelas verbas envolvidas, que não podemos deixar de nos interrogar se isso apenas se deveu a incompetência e/ou negligência, o que só por si já seria grave.

Até porque, sendo a Câmara tão zelosa dos dinheiros do município em situações bem menos onerosas e que justificariam perfeitamente o investimento, como é o caso das

obras da avenida do Paiol ou do Posto de Bombeiros na Zona Norte, não se percebe o seu desprendimento nem relativamente aos €900.000,00 com que beneficiou a RPP Solar com a venda do terreno, nem relativamente aos €99.000,00 da venda dos eucaliptos que ainda não recebeu (e provavelmente nunca vai receber), nem relativamente aos €53.000,00 da interrupção do projecto de reflorestação.

Acresce que, neste momento, todas as informações que nos chegam apenas vêm aumentar exponencialmente as dúvidas iniciadas com o atraso no projecto e a não tomada de posse do cargo de director de Formação e Projectos Especiais desta empresa pelo anterior presidente da câmara, depois de ter aceite publicamente o convite, e reforçadas com o arresto e a penhora no valor global de quatro milhões de euros sobre o terreno e, agora, com a resposta da senhora presidente.

Acresce que a leitura do célebre despacho de arquivamento Processo nº 434/05.4TAABT não nos deixa tranquilos, sendo certo que o mesmo só foi arquivado tendo em conta que, como se lê do despacho (página 2318), «o eventual ilícito de fraude fiscal, prescreveu» e não está ainda tipificado «na Lei o crime de enriquecimento ilícito».

Ora, face a todas as incongruências que o processo da RPP Solar encerra e tem suscitado, não podemos correr o risco de que, a existir algum ilícito, o mesmo também venha a prescrever.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm propor que o processo da RPP Solar seja remetido, de imediato, para o Ministério Público para investigação.

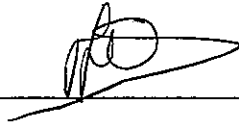
Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)

SANTANA-MAIA LEONARDO
ANTÓNIO BELÉM COELHO
VEREADORES

lt
et



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

[Handwritten signatures and initials]

PASSADEIRA NA AV. 25 DE ABRIL - ABRANTES

Proposta

21 de Março de 2011

Na avenida 25 de Abril, na passareira a que se refere a Foto 1, ocorreu mais um acidente grave.



A visibilidade de quem desce é muito reduzida, principalmente se o peão já iniciou a travessia.

Por outro lado, a passareira está muito perto da curva e se vier uma camioneta a subir a visibilidade da passareira é nula.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, com vista a aumentar a segurança dos peões que utilizam a referida passareira, requerendo, desde já, o seu agendamento:

Mudança da passareira mais para baixo, por forma a melhorar a sua visibilidade quer para os carros que descem, quer para os peões que iniciem a travessia do lado direito de quem sobe.

hl
@te

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/04/04

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA				DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA				DESPACHO, DELIBERAÇÃO			
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data												Número	Tip	Data
06.01	09000250	2009/06/15	LICOR	09001080	2009/06/15	0122584163	ALMIRO LOURENCO FRANCISCO	RUA NUNO ALVARES PEREIRA				transformação moradia	RUA NUNO ALVARES PEREIRA N° 392				11000331	DES	2011/03/28
						CM00015451						CARVALHAL					T E O R		
												2011.03.25:Emita-se autorização de utilização.							
04.01	09000337	2009/07/27	RJE	10001296	2010/07/27	0102940614	ANTÔNIO FRANCISCO INACIO	RUA VALE DA VILA N° 145				legalização muros	RUA VALE DA VILA, N° 145				11000324	DES	2011/03/17
						CM00016732	BICAS										T E O R		
												2011.03.14:Deferido.							
05.01	09000440	2009/09/21	RJE	09001825	2009/10/01	0125063210	AMILCAR DO ROSARIO FERNANDES	RUA 1° DE MAIO, N° 4				ampliação moradia					11000338	DES	2011/03/28
						CM00016954	MAXIAL					Chalupa					T E O R		
												25.03.2011:Deferido.							
06.01	10000035	2010/01/22	RJE	10000481	2010/03/25	0105292397	ROSA MARIA VALENTE SERRANO BENTO	LIDAR DOS CASCAIS				alteração moradia					11000335	DES	2011/03/28
						CM00014580	MOURISCAS					CASCAIS					T E O R		
												2011.03.25:Aprovado o projecto da arquitectura.							
04.01	10000209	2010/05/20	RJE	10001134	2010/07/02	0187227713	FERNANDO JOSÉ RODRIGUES MASCATE	ESTRADA NACIONAL 118				construção anexo					11000320	DES	2011/03/17
						CM00017976	CASA BRANCA					E.N. 118					T E O R		
												Deferido, com os condicionantes da informação técnica.							
19.01	10000358	2010/09/01	CERTDESTA	00001549	2010/09/01	0128424117	JOSE DA CONCEICAO NUNES	RUA DO SOBREIRO				obras isentas de licença DESTAQUE DE UMA PARCELA D					11000332	DES	2011/03/28
						CM00018387	ABRANCALHA DE BAIXO					ABRANCALHA DE BAIXO					T E O R		
												25.03.2011:Emita-se certificado de destaque.							
04.03	10000413	2010/09/29	LICOR	10001732	2010/09/29	0213382970	VICTOR MANUEL LOPES APURA	RUA DA LINHA DO LESTE, N° 242				legalização anexo					11000322	DES	2011/03/17
						CM00005783	CABRITO					Cabrilo					T E O R		
												2011/02/14: Deferido.							
06.03	10000421	2010/10/11	LICOR	10001791	2010/10/11	0234363401	SARA MARGARIDA VALENTE PIRES DIAS	RUA ARCA D'AGUA, N° 39				alteração moradia					11000321	DES	2011/03/17
						CM00018205	CHALUPA					Abantes					T E O R		
												2011/03/14: Deferido.							

*** processado por computador ***
 *** sistemas infoRaje ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/04/04

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tipo	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tipo	Data
04.01	10000451	2010/10/27	RJE	11000233	2011/03/02	PAULO JOSE RODRIGUES BOUCA TRAVESSA D. MARIA I, N.º 60	construção moradia TRAVESSA D. MARIA I CARVALHAL	11000333	DES	2011/03/28
2011.03.25:Emita-se licença de construção.										
06.01	10000501	2010/11/26	RJE	10000236	2010/12/03	TERESA MARIA DA CONCEIÇÃO GUILHERME SANTOS RUA DR. AZEVEDO NEVES, N.º 10 MINA	alteração garagem TRAVESSA DA IGREJA CARREIRA DO NATO	11000330	DES	2011/03/28
2011.03.25:Emita-se licença de construção nos termos propostos.										
06.03	10000505	2010/11/30	RJE	11000129	2011/01/28	MARIA MARGARIDA DA SILVA BOGAS LOPES RUA DA VISCONDESSA, N.º 575 ABRANCALHA DE BAIXO	alteração muros RUA DA VISCONDESSA, LOTE 9 ABRANCALHA DE BAIXO	11000337	DES	2011/03/28
2011.03.25:Admitte-se a comunicação prévia.										
06.01	10000533	2010/12/23	RJE	11000187	2011/02/18	MARIA IRENE LOPES MARQUES MOTA RUA DOS LUSTADAS, N.º 9, 4.º ESQ. MIRA SINTRA	beneficiação moradia LUGAR DE SÃO SIMÃO MOURISCOS	11000334	DES	2011/03/28
2011.03.25:Conceda-se a prorrogação do prazo de 60 (sessenta dias).										
06.01	10000536	2010/12/28	RJE	11000196	2011/02/21	ANTONIO DE JESUS LOBO RUA DO COMERCIO, N.º 14 SÃO JOSÉ DAS MATAS	alteração prestação de serviços Rua de Angola, n.º 6 r/ch Esq.	11000319	DES	2011/03/17
2011/03/14: Aprovado nos termos da informação técnica.										

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRuje ***